

---

**AS DIMENSÕES DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: O CASO DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO BRASIL (1995-2017)<sup>1</sup>**

**THE DIMENSIONS OF THE STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL: THE CASE OF AGRARIAN COUNTER-REFORM OF MARKET IN BRASIL (1995-2017)**

**LAS DIMENSIONES DE LA CRISIS ESTRUCTURAL DEL CAPITAL: EL CASO DE LA CONTRARREFORMA AGRARIA DE MERCADO EN BRASIL (1995-2017)**

**Rodolfo de Souza Lima<sup>2</sup>**  
*rodolfo\_souza13@hotmail.com*

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os impactos da crise estrutural do capital na questão agrária, em especial, seus impactos no debate da reforma agrária no Brasil e sua vinculação com a contrarreforma agrária do Banco Mundial. Durante a década de 1990 o neoliberalismo começa a ser implementado, com forte influência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), aos países da periferia do capitalismo, especialmente da América Latina, África e Ásia. Compreendemos a contrarreforma agrária do BM como uma política de cunho ideo-político neoliberal e um aspecto da crise estrutural do capital, incapaz de tolerar qualquer ameaça ao controle sociometabólico. Analisaremos sua implementação no Brasil e seu tratamento pelos últimos quatro governos (1995-2017).

**PALAVRAS-CHAVE:** Crise estrutural do capital. Neoliberalismo. Banco Mundial. Contrarreforma Agrária do Banco Mundial.

**ABSTRACT:** This paper aims to reflect on the impacts of the structural crisis of capital in the agrarian question, especially its impacts on the debate on agrarian reform in Brazil and its linkage with the World Bank's agrarian counter-reform. During the 1990s neoliberalism began to be implemented, with strong influence from the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank (WB), to the peripheral countries of capitalism, especially in Latin America, Africa and Asia. We understand the WB's agrarian counter-reform as a neo-liberal ideological-political policy and an aspect of capital's structural crisis, incapable of tolerating any threat to sociometabolic control. We will analyze its implementation in Brazil and its treatment by the last four governments (1995-2017).

---

<sup>1</sup> O presente artigo é resultado das discussões e leituras da disciplina “Geografia do Trabalho” ministrado pelo prof. Dr. Antonio Thomaz Junior (2016/2017) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado “A Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema: a territorialização da política fundiária neoliberal no território do agrohidronegócio” (processo nº 2016/03102-7) fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e orientada pelo Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula.

<sup>2</sup> Mestrado em Geografia pela FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS) e bolsista FAPESP.

---

**KEYWORDS:** Structural crisis of capital. Neoliberalism. World Bank. Agrarian Counter-Reform of World Bank.

**RESUMEN:** El presente trabajo tiene por objetivo analizar los impactos de la crisis estructural del capital en la cuestión agraria, en especial, sus impactos en el debate de la reforma agraria en Brasil y su vinculación con la contrarreforma agraria del Banco Mundial. Durante el decenio de 1990 el neoliberalismo comienza a implementarse, con fuerte influencia del Fondo Monetario Internacional (FMI) y del Banco Mundial (BM), a los países de la periferia del capitalismo, especialmente de América Latina, África y Asia. Comprendemos la contrarreforma agraria del BM como una política de cuño ideológico-político neoliberal y un aspecto de la crisis estructural del capital, incapaz de tolerar cualquier amenaza al control sociometabólico. Analizamos su implementación en Brasil y su tratamiento por los últimos cuatro gobiernos (1995-2017).

**PALABRAS CLAVE:** Crisis estructural del capital. Neoliberalismo. Banco Mundial. Contrarreforma Agraria del Banco Mundial.

## INTRODUÇÃO

O ano de 2015 marcou o fim do período estipulado pelas Nações Unidas para o cumprimento dos objetivos do milênio (Millennium Development Goals)<sup>3</sup> e também o fracasso da organização no seu cumprimento. Lembramos isto, pois segundo o filósofo húngaro István Mészáros (2011b) a permanência e o aprofundamento da precarização do trabalho, da desigualdade social/racial/de gênero, da persistência da fome e pobreza extrema, da insustentabilidade ambiental, etc. não são aspectos pontuais e isolados, mas são partes inerentes de uma crise mais ampla e generalizada, uma *crise estrutural* do sistema metabólico do capital.

A crise estrutural é longa, profunda e suas dimensões estão presentes em todas as dimensões do espaço geográfico<sup>4</sup>, ela é uma crise *social, cultural e ecológica* (BIHR, 1998, p.68). Giovanni Alves (2013, p.115) afirma que “sob a crise estrutural do capital tornou-se mais explícita a contradição entre o *desenvolvimento da pessoa humana e capital*”, quer dizer, se agudiza a contradição entre a realização *ontológica* do *ser social* e a (des)realização *estranhada e fetichizante* do *ser* pelo metabolismo do capital, como estava desenhada por

---

<sup>3</sup> Entre os objetivos estão: 1) erradicar a pobreza e a fome extrema; 2) universalizar a educação primária; 3) promoção da equidade de gênero e do empoderamento da mulher; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde materna; 6) combate ao HIV/AIDS, malária e outras doenças; 7) garantir a sustentabilidade ambiental; 8) parceria global pelo desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/>>.

<sup>4</sup> O espaço geográfico é uma totalidade concreta e deve ser compreendido em sua *multidimensionalidade*. Os limites deste trabalho não nos permitem fazer uma discussão de fôlego sobre este conceito. Para melhor elucidação indicamos Santos (2014), Moreira (2008), Fernandes (2008b).

Marx em seus *Manuscritos econômico-filosóficos* (2010). A ordem do sistema metabólico do capital tem sem mostrado incapaz de proporcionar um sistema de controle social *substantivamente igualitário e sustentável*. A vitória de Donald de Trump nos Estados Unidos da América (EUA) – com suas leis anti-imigração por exemplo-, os recentes golpes de Estado no Paraguai, Honduras e Brasil, a vitória de governos neoliberais na América Latina, a intensificação dos conflitos no oriente médio, a saída do Reino Unido da União Europeia (EU), vêm expressando um novo período de recrudescimento do conservadorismo e do neoliberalismo, onde as palavras *liberdade, igualdade e fraternidade* propostas no seio do pensamento burguês iluminista do século XVIII certamente não estão mais no horizonte.

Portanto, ao fazer o debate crítico sob o crivo da geografia poderemos compreender este novo período, suas contradições, fissuras e ao mesmo tempo nos permitirá repor o debate sobre a emancipação social, do projeto popular, da *igualdade substantiva*, democracia, da reforma agrária, etc. Este texto possui tal *espírito*.

O presente artigo pretende se debruçar sobre os reflexos da crise estrutural do capital na questão agrária, em especial, seus impactos no debate da reforma agrária no Brasil e seus nexos com a contrarreforma agrária do Banco Mundial. István Mészáros (2011b) entende que o sistema metabólico do capital enfrenta uma crise estrutural desde a década de 70. Esta crise que abate o sistema tem um caráter *estrutural e sistêmico*, porém, o capital não tolera limites à sua expansão e passou a impor de forma articulada e contraditória, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo. Durante a década de 1990, o neoliberalismo começa a ser implementado, com forte influência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), aos países da periferia do capitalismo, especialmente da América Latina, África e Ásia. Compreendemos a contrarreforma agrária do BM como uma política de cunho ideo-político neoliberal, como um aspecto da crise estrutural do capital, incapaz de tolerar qualquer ameaça ao controle sóciometabólico. Analisaremos sua implementação no Brasil por meio da sua materialização nas políticas de crédito fundiário e seu tratamento pelos últimos quatro governos (1995-2017).

---

**A ORDEM SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL EM CRISE**

Muito se busca entender sobre as crises contemporâneas, como por exemplo a crise dos mercados financeiros de 2001-2002, a crise do mercado imobiliário de 2008 nos EUA, a crise do euro em 2010, tem suscitado diversas interpretações e questionamentos. No entanto, o filósofo húngaro István Mészáros nos apresenta, em sua vasta obra, uma visão muito coerente sobre as crises do capitalismo. Na concepção de Mészáros (2007, 2011a, 2011b, 2015), o sistema metabólico do capital atravessa uma crise estrutural e sistêmica datada a partir dos anos 70. Os sinais desta crise profunda, segundo o filósofo, estavam no fim do Estado de bem-estar social, orientado pela política econômica de orientação keynesiana, no erguimento do neoliberalismo, em uma série de mudanças no tecido social do trabalho, uma ampla reestruturação produtiva e o fim do bloco soviético<sup>5</sup>.

Seguindo a tradição marxiana, o autor de *Para além do capital* afirma que neste momento o capitalismo sofre um aprofundamento da lei tendencial da queda das taxas de lucro (2011b). Antunes (apud Mészáros, 2011a, p.11-12) chega a afirmar, em sua interpretação do autor, que após um longo período de crises cíclicas, a crise toma a forma de uma “*crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente*”. Neste estágio, o sociometabolismo do capital reafirma-se *destrutível, incontrolável e irreformável*, e com isso a necessidade de uma alternativa social viável, com base na *igualdade substantiva* e no *desenvolvimento sustentável*, se faz urgentemente necessária.

A humanidade se encontra em um estágio alarmante, em que a teoria do valor de matriz marxiana reafirma-se atual e imprescindível para se compreender a complexa trama de relações atuais e pensar alternativas viáveis ao metabolismo social vigente. Sobrepondo as mediações de primeira ordem – caracterizadas pela produção de valores de uso, com vistas à contemplação das necessidades – pelas mediações de segunda ordem, ou seja, “os meios alienados de produção e suas ‘personificações’; o dinheiro; a produção para troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial” (MÉSZÁROS, 2011b, p. 71), a vida passa a ser regida pelo valor de troca. O

---

<sup>5</sup> Na leitura de Mészáros (2011b), o Estado do tipo “soviético” pretendia ser uma alternativa ao sociometabolismo do capital, mas foi capaz de romper com a tríade que sustenta o “sistema orgânico” do metabolismo social: capital, trabalho e Estado. A classe capitalista foi substituída por uma burocracia, que passava a controlar a força de trabalho e o excedente de mais-valia produzido, mantendo assim a divisão social *hierárquica* do trabalho.

trabalho, condição ontológica de realização social, sob o domínio do sistema metabólico do capital, passa, contraditoriamente, a ser negado, reificado e estranhado.

Subordinando às mediações primárias pelas secundárias, o sistema do capital necessita de um aprofundamento da extração da mais-valia e exploração da natureza por meio de uma taxa de decrescente do valor de uso das mercadorias (MÉSZÁROS, 2011b), diminuindo a vida útil das mercadorias e ampliando o ciclo reprodutivo; também pela equalização por baixo da taxa de exploração – mesmo nos países centrais do capitalismo –, ao mesmo tempo destruindo vínculos trabalhistas formais do período do bem-estar social, forjando-os sob formas “flexíveis” de trabalho, aprofundando o desemprego e a informalidade (MÉSZÁROS, 2011b; 2007).

Para a realização dos seus imperativos impostos pela crise estrutural e aprofundar seu domínio global sob os intercâmbios da humanidade, empreende-se de forma articulada e dialética espaço-temporalmente: uma reestruturação produtiva/reestruturação espacial e uma nova doutrina econômico-ideológica, o neoliberalismo (MÉSZÁROS, 2011b; ANTUNES, 2000; 2009; HARVEY, 2005)<sup>6</sup>.

Movendo-se, a partir dos anos 70, no sentido de esgarçar as relações baseadas no padrão de acumulação fordista/taylorista, caracterizado pelas relações formais de trabalho, linhas de produção, grandes plantas fabris, etc. pelo padrão toyotista, de trabalho “flexível”, multifuncional, pelo *just in time* (ANTUNES, 2000). Ao mesmo tempo, valendo-se das novas tecnologias, pôde articular-se em rede, desconcentrar suas plantas fabris, horizontalizar a produção, buscando condições favoráveis a acumulação de capital (ANTUNES, 2000; SMITH, 1988; HARVEY, 2005). Nesse sentido, houve transformações no mundo do trabalho, aprofundando a precarização, exploração e o estranhamento sob a classe trabalhadora, caracterizando o desemprego, terceirização, informalidade, trabalho parcial, terceirizado, part-time, entre outras formas de trabalho precário. O desemprego, torna-se estrutural. Em recente publicação, a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2017) afirma que a taxa de desemprego tende a subir em 2017, de 5,7% em 2016 para 5,8%, isso significa um acréscimo de 3,4 milhões de pessoas desempregadas, superando, portanto,

---

<sup>6</sup> David Harvey parte da análise de que o capitalismo passa por crises cíclicas e não por uma crise estrutural como afirma Mészáros. No entanto, Harvey em sua vasta obra nos apresenta importantes contribuições para entender, entre outras coisas, a dimensão espacial da reestruturação produtiva e do neoliberalismo.

o número alarmante de 201 milhões, aumentam o trabalho precário, a desigualdade de gênero e racial no mundo.

O aprofundamento da crise estrutural, que impôs a reestruturação produtiva, a partir da década de 70 se dá devido à necessidade do capital em retomar a acumulação. Para isso, era necessário esfacelar as relações estabelecidas entre capital, trabalho e Estado desde o pós-guerra com o Welfare-state. Como afirma Bihl (1998, p.76), a “solução” para a crise do capital veio com o signo do *neoliberalismo*, propagandeando o combate à inflação e desmonte do Estado por meio de privatizações, ela deveria ser paga pela classe trabalhadora. Harvey (2008) define o neoliberalismo em um duplo sentido, como um projeto *utópico*, que propõe a reorganização do capitalismo, e ao mesmo tempo um projeto *político*, por meio da restauração da acumulação capitalista e do domínio de classe. Antunes percebe os nexos existentes entre neoliberalismo e acumulação (2009, p.60):

Sendo o processo de reestruturação produtiva do capital a base material do projeto ideopolítico neoliberal, a estrutura sob a qual se erige o ideário e a programática neoliberal, não foi difícil de se perceber que desde fins dos anos 70 e início dos 80 o mundo capitalista começou a desenvolver técnicas similares ao toyotismo.

Os governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos EUA podem ser elencados por terem dado um impulso no neoliberalismo no mundo. Os governos neoliberais de Thatcher e Reagan, por exemplo, foram responsáveis por uma série de transformações em seu país que entre outras coisas, reduziram o patrimônio do Estado com um imenso pacote de privatizações, desregulamentaram a legislação trabalhista vigente, reduziram da atividade fabril, aumentaram da financeirização da economia, e diga-se, realizaram um intenso ataque ao movimento sindical (ANTUNES, 2002, p. 63-100).

Atualmente o neoliberalismo tornou-se hegemônico no mundo, sendo disseminado como o único modelo de desenvolvimento possível (DARDOT; LAVAL, 2016; HAVEY, 2008). Além de ideólogos, potências capitalistas e multinacionais, o FMI e o BM tiveram um papel fundamental na sua dispersão e territorialização. Na América Latina, o neoliberalismo foi sendo adotado após a crise da dívida dos anos 80, atribuída às gestões nacionais por “gastarem demais”, terem uma “legislação trabalhista antiquada”, etc. Como mostra Pereira (2009, p.162-225), em contrapartida os governos teriam que recorrer às gêmeas de Breton Woods por meio de empréstimos de ajuste estrutural, que eram -e são

até os dias atuais- formas de influenciar os países credores a adotarem medidas liberalizantes, sob o discurso de retomar a confiança dos investimentos e o crescimento econômico.

O Consenso de Washington, realizado no final dos anos 80, cunhou o neoliberalismo como um paradigma dominante, BM, FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento, intelectuais entre outros atores estabelecem um acordo comum de agenda para o desenvolvimento da América Latina e Caribe - com a intenção de expandi-lo para outras regiões do mundo. Como mostra Pereira (2009, p.191), o consenso propunha: a) ajuste fiscal, para o controle inflacionário, estabilização monetária e focar em altos superávits primários e aumentar a receita; b) reorientar gastos públicos para investimentos de alto retorno e em capital “humano”; c) reforma tributária para aumentar a base tributária; d) controle da taxa de câmbio para estimular as exportações; e) abertura comercial para estimular à importações; f) abrir o mercado para investimento externo direto; g) privatizações, reduzir o patrimônio estatal e estimular o investimento privado; h) desregulamentação da economia com vistas à redução de custos do capital privado; i) assegurar os direitos de propriedade privada para dar confiança à investimentos privados e estimular o mercado.

Nesse sentido, o Estado neoliberal joga um papel importante, pois deveria permitir liberdades de mercado, a propriedade privada, a abertura econômica, privatizações, retirando direitos sociais e trabalhistas, etc., criando instituições que garantissem tais exigências do capital (HARVEY, 2008, p.75-79). A crítica de Mészáros ao Estado é ampla e complexa, mas trocando em miúdos, sua análise entende o Estado burguês enquanto uma estrutura de *comando político do metabolismo social do capital* que deve dar viabilidade à continuidade do sistema (2011b; 2015). Na obra *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado* (2015) têm afirmado que a crise estrutural aprofundou a afirmação do Estado enquanto uma estrutura de comando de classe, inclusive sob a bandeira do neoliberalismo, visando garantir a reprodução da ordem sociometabólica, pois “[...] a crise estrutural de nossa época demanda por um envolvimento cada vez mais direto do Estado na sobrevivência direta do sistema” (MÉSZÁROS, 2015, p.27). O aumento das desigualdades sociais, de gênero e raciais, dos conflitos por terra/água, o aumento da exploração dos recursos naturais, da exploração do trabalho, da militarização no Oriente

Médio, na América Latina, a repressão dos movimentos sociais, etc. reafirmam a tese de Mészáros, uma vez o Estado capitalista não pode permitir obstáculos à acumulação.

Já na segunda metade dos anos 1990 há tentativas de responder aos efeitos regressivos do neoliberalismo – e da crise sistêmica –, retomar o crescimento econômico e conter o avanço dos movimentos socioterritoriais que ameaçam a ordem sociometabólica, o tema da terra é retomado/capturado pelas personificações do sistema, tendo o BM como o protagonista. Por meio de uma reciclagem programática o banco pretendeu reorientar os países à reforçar o pacote neoliberal e a reestruturação produtiva. Os países com grande concentração fundiária, desigualdade social e conflitos agrários deveriam subordinar sua agenda aos novos *imperativos* dos sistema. Conduzimos então o leitor para a próxima seção do artigo, onde iremos nos debruçar melhor sobre o assunto.

### **A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DO BANCO MUNDIAL NA CRISE ESTRUTURAL**

Para garantir a territorialização da agenda neoliberal nos países periféricos do capitalismo durante a segunda metade década de 90, o BM implementou uma série de medidas programáticas com vistas a incorporação dos ajustes estruturais de 2ª geração. Tratava-se de reciclar o modelo original - sem questionar o ajuste fiscal, tratava-se de readaptá-lo e aprofundá-lo - incorporado no final dos anos 80 e primeira metade dos 90, por outro mais “socialmente aceitável”. Os resultados do neoliberalismo na América Latina já se mostravam desastrosos, os países obtinham baixo crescimento econômico, aumentaram a dívida externa e conseqüentemente a dependência com países centrais, ampliaram a desigualdade social e conflitos sociais, a crise do México e o levante Zapatista de 1994 forçaram o BM reorientar sua agenda (PEREIRA, 2006, p.14). Associando crescimento econômico com redução da pobreza, os ideólogos do banco passaram a encarar que os países com maior desigualdade – de renda e terra - têm menores desempenhos em relação ao crescimento e que conseqüentemente, o baixo crescimento amplia a pobreza (sic). A saída encontrada pelos ideólogos era a subordinada pelo sociomentabolismo do capital, era necessária uma agenda de 2ª geração que buscasse ao mesmo tempo aumentar o crescimento econômico e reduzir a pobreza - por meio do



crescimento em si e políticas de *redução da pobreza* (BURKI; PERRY, 1997; DENINGER; SQUIRE, 1997).

Segundo Pereira (2006, p. 357) o BM tinha três objetivos com a reformas de 2ª geração:

[...] a) consolidar a nova paisagem macroeconômica como um traço permanente das sociedades; b) avançar na reestruturação institucional, entendida como reforma da administração estatal, universalização da descentralização administrativa, expansão de arranjos público-privados e constituição de novos marcos regulatórios; c) liberalizar os mercados de trabalho, terra e crédito, até então pouco ou nada atingidos pela primeira fase de reformas.

É neste bojo que o tema da terra e mais especificamente o da reforma agrária são retomados pelo BM. Ignorado pelos ideólogos do capital durante mais de 20 anos, o tema da reforma agrária era acompanhado de uma conotação que suscitava revoltas e conflitos sociais ligados à revolução e ao socialismo. No entanto, os conflitos sociais causados pelo neoliberalismo e a crise estrutural, especialmente o levante zapatista no México, forçaram o BM revisar sua agenda e incorporar a questão da terra e da reforma agrária. Contudo, a proposta do banco não vinha acompanhada pelos pressupostos da reforma agrária, de democratização da terra/água, da descentralização do poder no campo, da eliminação da pobreza rural, da eliminação da fome, etc. mas submissa ao metabolismo social do capital, ou seja, subordinada às mediações secundárias:

[...] todas as demandas mediadoras primárias devem ser modificadas de modo a adequar-se às necessidades auto-expansivas de um sistema de controle reprodutivo social fetichista e alienante, que subordina absolutamente tudo ao imperativo da acumulação de capital. (MÉSZÁROS, 2007, p. 46)

Queremos dizer que para tentar solucionar a crise estrutural, o sociometabolismo do capital teve que, por meio do BM e seus intelectuais, elaborar uma proposta que subordinasse a reforma agrária às mediações secundárias, esvaziando todo o sentido seja humanitário, cívico ou emancipatório. Portanto agora vamos nos atentar a como isso foi sendo implementado.

A partir da análise de que em países com alta concentração fundiária e pobreza rural o crescimento econômico era baixo e que era importante reduzir a concentração e a pobreza para retomar o crescimento econômico, o BM mundial reelabora uma política de terras que pressupunha ser interessante ao crescimento econômico e a redução da pobreza

e da desigualdade de gênero (BURKY; PERRY, 1997; DEINIGER, 2003; BANCO MUNDIAL, 2009b).

Por conseguinte a nova política agrária do BM possui o mercado enquanto centralidade, onde o arranjo institucional deve permitir o livre funcionamento do mercado de terras, o arrendamento, a compra e venda, atrair capitais e investimentos, privatizar propriedades estatais e coletivas, assegurar os direitos de propriedade privada (DEINIGER, 2003; PEREIRA, 2006).

Pereira (2006, p.21) destaca dois mecanismos para dar viabilidade a isso: a chamada *administração de terras* e a *reforma agrária à luz do mercado* ou *assistida pelo mercado* ou como os movimentos socioterritoriais e intelectuais populares chamam Contrarreforma agrária de Mercado (CRAM) (RAMOS FILHO, 2013; VIA CAMPESINA, 2006). Enquanto a *administração de terras* propõe uma reforma do Estado, no âmbito jurídico, tributário, institucional e político-administrativo, incentivando a descentralização administrativa e parceria público-privadas, o CRAM propunha uma alternativa à reforma agrária.

Como mostra Pereira (2006), para encaminha seu programa mercadófilo o banco realiza uma crítica ao modelo “tradicional” pela desapropriação e concomitantemente promove a sua proposta como uma forma viável e compatível ao atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. A crítica ao modelo desapropriativo estava colocada nos seguintes termos, além de conflituosa e descontextualizada do atual estágio do capitalismo:

Over time, the expropriation model came to be seen by many as excessively costly, as demanding too much in the way of complementary technical assistance, and not least, as simply not viable politically given the constellation of political forces in most of the countries of the region [...] (BURKY; PERRY, 1997, p.95, grifo nosso)<sup>7</sup>

Ao mesmo tempo o BM promove a divulgação de sua alternativa para os países credores com alta concentração fundiária e demanda por reforma agrária. A proposta está baseada na centralidade do mercado enquanto um meio de beneficiar tanto a demanda como a oferta de terras, de um lado incentivando os proprietários a venderem e os demandantes a obterem possibilidades de comprar por meio de subsídios/crédito para as

---

<sup>7</sup> “Ao longo do tempo, o modelo de expropriação passou a ser visto por muitos como excessivamente oneroso, como exigindo demais assistência técnica complementar, e não menos importante, como simplesmente não viável politicamente dada a constelação de forças políticas na maioria dos países da região” (tradução nossa).

famílias e mulheres camponesas<sup>8</sup> (PEREIRA, 2006, p.24-25; BANCO MUNDIAL, 2009b, p.139-141). Segundo os ideólogos do banco a diferença fundamental entre as reformas é que esta não é coercitiva para os proprietários, portanto mais compatível com o mercado (BURKY; PERRY, 1997, p.95).

Aplicada em países da América Latina, Caribe, África e Ásia a CRAM obteve diferentes adaptações a depender da particularidade onde foi implantada, da luta de classes e das correlações de forças (PEREIRA; SAUER, 2006; RAMOS FILHO, 2008). Uma avaliação crítica realizada pelos intelectuais populares e pelos movimentos sociais ligados à Via Campesina é que apesar do discurso do BM fundamentado na modernidade, agilidade e eficiência, o que se nota é uma lógica de mercantização do acesso à terra – sua subordinação à ordem de mediações secundárias -, endividamento de famílias camponesas, desterritorializações e uma forma de tentar controlar e minimizar conflitos sociais e raciais ligados à terra, enfraquecendo movimentos socioterritoriais camponeses e indígenas.

Ao idealizarem o mercado como um espaço de livre concorrência, igualdade, liberdade e harmonia, esquecem que por de trás deste véu há relações de produção e de classe/gênero/raciais, onde quem hegemoniza é o capital, sob a lei férrea das mediações de segunda ordem, sujeitando a renda da terra pelo capital financeiro. A CRAM, portanto, é um estratégia espacial do capital, baseado na sujeição da renda da terra, para substituir a reforma agrária, combater a atuação dos movimentos camponeses e conservar o comando sóciometabólico do capital. As consequências da CRAM para o conjunto da classe trabalhadora, são fruto de um metabolismo social, como nas palavras de Mészáros, é *incontrolável, destrutível e irreformável*. Nesse sentido, é que agora iremos direcionar nossa análise sobre o caso brasileiro.

---

<sup>8</sup> É importante destacar que a avaliação realizada pelo BM (2009) admite uma histórica desigualdade de gênero tanto de renda como de terra, e a importância de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero. Em sua interpretação tanto a reforma agrária tradicional como a de mercado não conseguiram realizar tal feito. A desigualdade de renda seria o principal motivo que as mulheres não conseguem ingressar no acesso ao mercado de terras e à reforma agrária “assistida” pelo mercado, no entanto o mercado ainda é privilegiado pelo banco “Land acquired by women on the market often escapes the restrictions and limitations placed on customary land by men-dominated family and lineages” (BANCO MUNDIAL, 2009b, p.138).

---

**CRISE ESTRUTURAL, NEOLIBERALISMO E A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO BRASIL**

O neoliberalismo toma um caráter dotado de racionalidade burguesa no Brasil durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2002) (ANTUNES, 2011), hegemonizado pelo capital internacional e seus aliados, segundo Boito Jr (1999) tinha como objetivo: 1) abertura do mercado financeiro; 2) abertura comercial; 3) desregulamentar leis trabalhistas e sociais; 4) uma ampla privatização do patrimônio público. Segundo Antunes (2011) FHC estava alinhada ao Consenso de Washington e a agências multilaterais como o FMI e o BM, pretendia articular ao mesmo tempo uma reestruturação produtiva e neoliberalismo para atender os interesses do metabolismo social do capital em seu estágio de crise estrutural.

Os impactos do neoliberalismo para a classe trabalhadora foram devastadores, o programa de privatizações levou cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional para o patrimônio internacional, aumentando a dependência externa aos interesses do capital externo (ANTUNES, 2011). Como evidencia Alves (2000), o receituário neoliberal impulsionou a reestruturação produtiva no país, provocando transformações no conjunto da classe-que-vive-do-trabalho, aprofundando a precarização por meio de terceirizações, trabalho *part-time*, informal, temporário, etc. ampliando a pobreza, a concentração de renda, entre outros elementos (THOMAZ JUNIOR, 2011; ANTUNES, 2011).

FHC incorpora a CRAM como para dar resposta a grande demanda pela reforma agrária, ao mesmo tempo enfraquecer a ação dos movimentos sociais e aprofundar o neoliberalismo ao qual estava alinhado. Durante seu primeiro mandato (1995-1998) a reforma agrária era tratada como uma política assistencialista e pontual para minimizar os conflitos agrários (FERNANDES, 2008, p.78). As grandes mobilizações e ocupações de terras neste período, em especial as organizadas pelo MST tiveram um papel protagônico, pressionando o Estado para a criação de assentamentos, entre 1995 e 1998 foram criados 2.345 assentamentos para 298.425 famílias, porém já no segundo mandato (1999-2002) foram criados 1963 assentamentos para 163.078 famílias (DATA LUTA, 2015). No entanto, além das massivas ocupações, o impacto internacional causado pelos massacres em Corumbiara em 1995 e Eldorado dos Carajás

em 1996, a Marcha Nacional por Emprego e Justiça, organizada pelo MST em 1997, levaram a reforma agrária para a agenda do governo.

Contudo, essa agenda estava subordinada ao receituário neoliberal e alinhada aos interesses estratégicos do BM - desenhados pelo ajuste estrutural de 2ª geração -, como estava explícito no documento publicado pelo governo em 1999, intitulado *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um Novo Mundo Rural*, que incorporava a agenda agrária do BM (RAMOS FILHO, 2008, p. 218). Ao mesmo tempo em que incorpora a CRAM, move uma intensa criminalização dos movimentos socioterritoriais camponeses e uma judicialização da luta pela terra<sup>9</sup> (FERNANDES, 2008). Quer dizer, ao mesmo tempo em que pretendia “capturar” a reforma agrária também criminalizava os movimentos camponeses.

Nesse sentido, uma série de programas são implementados a partir de empréstimos realizados junto ao BM, tais como: Projeto São José (PSJ), por meio de um aporte do Governo Federal de 4.165. 600 milhões mais 6 milhões do BM, e abrangeu 694 famílias, 44 imóveis, em 27 municípios (ALENCAR, 2006, p.210); o Projeto Cédula da Terra (PCT), obteve um empréstimo de 90 milhões de dólares do BM, o Governo Federal investiu 45 milhões de dólares, 6 milhões de dólares dos estados participantes (CE, PE, MA, BA e norte de MG) e as famílias mutuárias mais 9 milhões de dólares em forma de mão de obra, material de construção ou dinheiro (SAUER, 2010, p.102-103); já o Banco da Terra(BT), 1 bilhão de reais do BM e mais 1 bilhão de reais do governo Federal; o Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (CFCPR) 218 milhões euros do BM, 174 milhões de euros do *Fundo de Terras e Reforma Agrária* (ou BT), mais 21.800 milhões de euros dos governos estaduais.

Em resposta, disputas políticas se deram em torno da implantação destes programas. Vale destacar o papel do MST, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), e de mais de 40 movimentos sociais, os quais rapidamente organizaram várias formas de críticas e contestação, tal como o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo em 1998 (RAMOS FILHO, 2007, p.56; PEREIRA, 2009).

---

<sup>9</sup> Em 2001 é estipulada a Medida Provisória 2109-52, que tratava a ocupação de terra como um crime, impedindo a terra ocupada de ser desapropriada por dois anos e com isso enfraquecer as ocupações de terra, um dos principais mecanismos utilizados pelos movimentos para obter acesso à terra.

O governo Lula (2003-2011), apesar do vínculo histórico do Partido dos Trabalhadores (PT) com a luta pela terra, não obteve condições de realizar uma ampla reforma agrária no país devido ao pacto neodesenvolvimentista que seu governo adotou (FERNANDES, 2013). Boito Jr e Berringer (2013) afirma que os governos Lula e Dilma levaram a uma mudança no bloco de poder, a burguesia interna passa a ter um caráter hegemônico na política econômica dos governos “pós-neoliberais” -substituindo o papel dirigente que o capital financeiro internacional e seus associados cumpria durante o governo neoliberal-; associando a baixa classe média, as frações do proletariado urbano, do campesinato com a liderança representada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Alves (2013), por sua vez, afirma que o neodesenvolvimentismo é uma frente contraditória e heterogênea, representou uma proposta de redistribuição de renda no *bojo* do neoliberalismo, quer dizer, ao mesmo tempo que incentivou a valorização do salário mínimo, a criação de políticas públicas como o Fome Zero, Minha Casa Minha Vida, Luz Para Todos, etc. ampliou os recursos a empresas nacionais, a empresas instaladas no Brasil, ao agronegócio, de forma que foi incapaz de confrontar a ordem sociometabólica.

O governo Lula formula o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) e estipula como meta o assentamento de 400 mil famílias. O governo petista não rompe com a CRAM, pelo contrário, reformula os programas existentes, cria novos e expande para todas as regiões do país.

Dentro do II PNRA Lula cria o Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), aprofundando a agenda do BM no país, com a intenção de beneficiar 150 mil famílias entre 2003 e 2006. Criou-se o programa Combate à Pobreza Rural (CPR) no lugar do PCT e do CFCPR; já o BT transformou-se no Consolidação da Agricultura Familiar (CAF). Novas linhas são criadas, como o PNCF Mulher, o Nossa Primeira Terra (NPT) para jovens camponeses, Terra Para Liberdade (TL), para trabalhadores resgatados de trabalhos análogos a escravidão e Terra Negra Brasil (TNB), objetivando abranger setores historicamente pauperizados e com potencial para a luta pela terra (PEREIRA; SAUER, 2006, p.201 e RAMOS FILHO, 2007, p.59).

O tratamento da questão agrária durante o governo Dilma (2011-2014) não se alterou muito em relação ao governo Lula, os mecanismos de acesso à terra permaneceram os mesmos. No entanto, a crise internacional provocou um

aprofundamento das clivagens internas do neodesenvolvimentismo e que posteriormente iria levar ao golpe do impeachment e destituição da presidenta (BOITO JR, 2017). Com isso, a fração da burguesia interna e externa pressionavam o governo para o atendimento de suas demandas em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, levando a uma grande diminuição na criação de assentamentos. Associado a isto está a diminuição das ocupações de terra, devido a morosidade das desapropriações e a criminalização dos movimentos socioterritoriais.

A CRAM no governo FHC abrangeu 44.335 famílias, no Governo Lula 84.113 famílias e no governo Dilma apenas 13.136 famílias. Enquanto FHC foi o maior articulador espacial da CRAM, pois a territorializa por todos os estados do Sul, Sudeste, Nordeste, no Centro-oeste os estados de Goiás e Mato Grosso, já Lula foi o que criou mais empreendimentos e territorializou a CRAM para o estados do Mato Grosso do Sul, Tocantins e Rondônia (DATALUTA, 2015; BDRAM, 2016).

O golpe do impeachment de 2016 e a chegada de Michel Temer à presidência traçam um projeto de restauração do neoliberalismo no Brasil (BOITO JR., 2017). Este período recente ainda não possui contornos muito claros, dificultando nossa análise, no entanto o que segue são hipóteses, apontamentos e tendências. A contradição inerente ao neodesenvolvimentismo não levou a uma superação dialética que estabelecesse um projeto popular, democrático e igualitário, mas ao contrário, as forças do capital – principalmente a burguesia nacional e a alta classe média - romperam o pacto neodesenvolvimentista para reestabelecer a hegemonia do capital financeiro e realinhar o país aos interesses do metabolismo social do capital, representado pela fração da burguesia internacional, financeira e rentista alinhada aos EUA (BOITO JR., 2017). Por meio de uma agenda ultraliberal Temer teria desenhado: promover um programa de redução do Estado em gastos sociais, por meio da PEC 55; flexibilizar a legislação trabalhista por meio da reforma trabalhista e uma reforma da previdência social, etc. Por outro lado, promove grande incentivo ao capital rentista e ao agronegócio por meio da manutenção das altas taxas de juros e da renegociação das vultuosas dívidas do agronegócio. Sob estes preceitos move-se a contrarreforma agrária do governo Temer.

Dentro da uma estratégia de corte de gastos sociais e da reforma agrária, Temer extingue o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e transforma suas atribuições em uma Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento

agrário sob a tutela da Casa Civil, ou seja, da Presidência da República, com o objetivo de reduzir a importância da questão agrária e da agricultura camponesa. É aprovada a Medida Provisória nº759/2016, que irá entre outros elementos promover:

[...]: a) decisões impositivas do INCRA ou de outras instâncias de governo (municípios ou entidades da administração indireta) como, por exemplo, decisões sobre a emissão de títulos sem consulta à família; b) mercantilização da terra (pagamento de desapropriação em dinheiro; liberação para negociar títulos; pagamento à vista da parcela regularizada, etc.) e, c) descentralização, na verdade, municipalização e desoneração do INCRA das obrigações junto às famílias assentadas e execução de programas de desenvolvimento no campo. [...] (SAUER, 2016)

Nesta *nova fase da reforma agrária* (sic) o PNCF é mantido pelo governo Temer, sendo que em 2016, foram mais de R\$ 48 milhões de contratos realizados para cerca de 800 famílias, ao mesmo tempo o governo dissemina um território imaterial favorável a sua implementação baseado na eficiência, agilidade, modernidade e mérito (MDA, 2017). Até os dias atuais a política de crédito fundiário não engrenou como a principal política de acesso à terra no Brasil. Em nossa leitura, isto pode ser explicado pela luta de classes, ou seja, pela importante capacidade dos movimentos camponeses, sindicais, intelectuais populares etc. em defender uma reforma agrária legítima. Comparando os dados do crédito fundiário com o desempenho da criação de assentamentos via desapropriação por Decretos 2016 (foram 21 decretos, sendo 20 ainda sob o governo Dilma), segundo a análise de Teixeira (2017), observa-se que obtivemos o pior desempenho desde 1995, desapropriando apenas cerca de 35 mil hectares. Aproveitando-se da experiência dos governos anteriores, o governo Temer ergue o mercado e a burocracia como o território privilegiado, com isso pretende: 1) não atingir os interesses do agronegócio e dos proprietários de terras; 2) enfraquecer e deslegitimar a ação dos movimentos camponeses; 3) passar o “controle político” da reforma agrária para grupos políticos locais/regionais; 4) entregar os assentamentos de reforma agrária para o mercado de terras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CRAM do BM, como afirmamos alhures, anseia subordinar a questão da reforma agrária às mediações de segunda ordem, sujeitando a renda da terra,



subordinando o campesinato, anseia manter o controle de classe sobre a propriedade privada e do Estado, conservar as desigualdades sociais, raciais e de gênero. Portanto, esvaziar o conteúdo político, potencialmente democrático, revolucionário e emancipatório da luta pela reforma agrária e reduzi-la a uma mera questão de mercado, meritocrática, uma troca entre dois indivíduos iguais. O caso brasileiro, considerado pelo BM exemplar, tem mostrado que as disputas em torno da questão agrária fizeram com que as propostas do BM se espaliassem no conjunto de políticas agrárias, no entanto, elas continuam subordinadas ao projeto ideológico, político e econômico do banco.

As ideologias pós-modernas do “fim da história”, do “fim do trabalho”, da reforma agrária “assistida” pelo mercado, etc. pretendem retirar da classe trabalhadora a possibilidade de outro sistema metabólico possível. Mészáros (2007; 2011a; 2011b; 2015) tem afirmado que a *igualdade substantiva* não está dentro do horizonte apontado pelo metabolismo do capital, pois a crise estrutural esgotou as possibilidades de superação das desigualdades intrínsecas ao seu *modus operandi* e de um controle social viável. O autor de *Para além do capital* afirma que se o nosso futuro estiver limitado ao escopo do capital, estamos fadados à *barbárie* (MÉSZÁROS 2007, 2011b). Portanto, na perspectiva do autor, diante da crise estrutural há a necessidade de uma superação igualmente estrutural. Para tal, é imperativo nos posicionarmos junto à *práxis* dos movimentos sociais, sindicais, partidos, etc., realizar o debate (auto)crítico do projeto popular, da reforma agrária, da soberania alimentar, do socialismo no século XXI, ou seja, a imprescindibilidade de um metabolismo social substantivamente igualitário.

## REFERENCIAS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. O mercado de terras ou a terra como mercadoria no Ceará. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra: Banco Mundial e reforma agrária de mercado**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.207-228.

ALVES, Giovanni. A reestruturação produtiva no Brasil nos anos 1990. In: \_\_\_\_\_. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000. p.179-199.

\_\_\_\_\_. Produção do capital, afirmação e negação da pessoa humana. In: **Dimensões da precarização do trabalho**. Bauru: Canal6editora, 2013

\_\_\_\_\_. Neodesenvolvimentismo e classes sociais no Brasil. **Blog da Boitempo**, 20 de dez. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/20/neodesenvolvimentismo-e-classes-sociais-no-brasil/>>. Acesso em: 29 de jan. de 2013

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: a Ciudadania Negada. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>>

\_\_\_\_\_. **O Continente do Labor**. São Paulo: SP, Boitempo, 2011.

BANCO MUNDIAL. **Agricultural land redistribution**: toward greater consensus. Washington, D.C: World Bank, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Gender in agriculture sourcebook**. Washington, D.C.: World Bank, 2009b.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. 2ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

\_\_\_\_\_. A burguesia brasileira no golpe do impeachment. **Brasil de Fato**, 06 de jan. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/06/a-burguesia-brasileira-no-golpe-do-impeachment/>>. Acesso em: 07 de jan de 2017.

BOITO, JR.; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Rev. de sociologia e política**. v.21, n.47, 2013, p.31-38

BURKI, Sharid J.; PERRY, Guillermo E. **The long march**: a reform agenda for latin américa and he caribbean in the next decade. Washington, D.C.: World Bank, 1997

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DATALUTA. **Relatório Brasil 2014**. Presidente Prudente, NERA, dez. 2015.

DEININGER, Klaus; SQUIRE, Lyn. Economic growth and income inequality: reexamining the links. In: **Finance & development**. Washington, D.C., 1997. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/1997/03/pdf/deininge.pdf>>

DEININGER, Klaus. Land policies for growth and poverty reduction. Washington, D.C: World Bank, 2003.

Desemprego global projetado para aumentar em 2016 e 2017. **Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em: <[http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_444594/lang--pt/index.htm](http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_444594/lang--pt/index.htm)>. Acesso em: 14 de jun. 2017.

FERNANDES, Bernardo Maçano. O MST e as Reformas Agrárias no Brasil. **Observatório Social de América Latina**, v. 24, p. 73-85, 2008.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 273-301.

\_\_\_\_\_. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLASCO, 2013

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo: História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008

Histórias do PNCF: o crédito que vai além da aquisição de terras. **Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**, 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/hist%C3%B3rias-do-pncf-o-cr%C3%A9dito-que-vai-al%C3%A9m-da-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-terras>>. Acesso em: 03 de mar. 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: O socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011a

\_\_\_\_\_. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

\_\_\_\_\_. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaio de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2008.

PEREIRA, João Marcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. 2009. 382 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo, política de terras e reforma agrária de mercado na América Latina. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra:** Banco Mundial e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.13-48.

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo e lutas camponesas no Brasil: contestação e resistência à reforma agrária de mercado do Banco Mundial durante o governo FCH. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; Medeiros, Leonilde Servolo; Paulilo, Maria Ignez(org.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas. São Paulo: UNESP. v. 2, 2009, p.279-302.

PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio. História e legado da reforma agrária de mercado no Brasil. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra:** Banco Mundial e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.173-206.

Perspectivas sociales y del empleo en el mundo – Tendencias 2017. Resumen ejecutivo. **Organización Internacional del Trabajo.** Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_540901.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_540901.pdf)>

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A via campesina e a avaliação da primeira década de impactos da reforma agrária do Banco Mundial. **Cadernos de Geografia,** Bogotá, Colômbia, n.16, p.49-70, 2007.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária atual:** Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma agrária e Reforma Agrária de mercado (2003 – 2006). 2008. 409 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 8 reimpr. São Paulo: USP, 2014.

SAUER, Sergio. Análise do texto da MP da reforma agrária. **Carta Maior,** 07 nov. 2016. Disponível em: < <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Analise-do-texto-da-MP-da-reforma-agraria-/4/37168>>. Acesso em: 07 de nov 2016.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1988.

TEIXEIRA, Gerson. O golpe e a reforma agrária em 2016. **MST,** 09 de jan. 2017. Disponível em:<<http://www.mst.org.br/2017/01/09/artigo-o-golpe-e-a-reforma-agraria-em-2016.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

THOMAZ Jr., Antonio.Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE,** V.7, Nº 1, 2011. p. 307-329

VIA CAMPESINA. A armadilha do crédito fundiário do Banco Mundial. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/Rede Terra de Pesquisa popular/La Via Campesina. 2006. Disponível em: <<http://www.social.org.br/cartilhas/Cartilha%20Rede%20Social.pdf>>.

Submetido em: 08 de junho de 2017

Aceito em: 04 de agosto de 2017